

1 Introdução

A Segurança, assim como os arcabouços teóricos que deram origem a ela – a teoria estratégica e as Relações Internacionais –, é caracterizada por ter uma dimensão prática bastante forte. A produção de conhecimento pelo teórico é caracterizada pela atenção às necessidades do formulador de decisões. Fazer teoria é oferecer *status* epistemológico privilegiado a um tema ou elemento e, com isso, proporcionar as bases nas quais as análises e tomadas de decisões políticas se originariam. Quando teorizamos a respeito de algo, fazemos perguntas que permitem a análise empírica e teórica do objeto de estudos, estabelecendo a relação entre observador e o objeto. Dessa análise nasceria a ação (Thompson, 1955, p. 738), estreitando a conexão entre os campos teórico e prático.

A teoria emana da prática, que obtém com a teoria as diretrizes para ação, em uma relação de mútua colaboração: a teoria instrui a prática, que por sua vez, dá as bases para o desenvolvimento da teoria. Chamamos essa interação de relação produtiva entre teoria e prática, que resulta em um conhecimento relevante, útil para o processo de tomada de decisões.

O conhecimento produzido pela teoria é, portanto, voltado para a prática. Ele permite o desenvolvimento de estratégias de ação e modelos analíticos para a análise do problema enfrentado, possibilitando a tomada de decisões a partir de escolhas racionais, fundamentadas em interesses e previsões de sucesso. Em contrapartida, a prática política permite a acumulação da experiência para o refinamento da reflexão teórica, proporcionando um conhecimento mais preciso conforme se dê o envolvimento do teórico com os problemas políticos. Não obstante essa maior complexidade, o conhecimento ainda se mantém operacionalizável.

Contudo, essa relação produtiva na Segurança foi rompida, afastando os teóricos dos formuladores de decisão e comprometendo a produção de conhecimento relevante. É esta ruptura que essa tese quer evidenciar e resgatar.

Assim, esta tese tem como objetivo explicar por que a literatura de Segurança deixou de associar teoria e prática de forma produtiva. Nossa hipótese central sugere que a relação foi rompida pela marginalização do tema “violência” no debate teórico da disciplina, que deixou de problematizar a violência e ocasionou a perda do seu eixo orientador, que caracterizaria a disciplina.

Entendemos violência como o uso deliberado da força para atingir fins políticos. A violência é um meio para alcançar objetivos, mas a literatura de Segurança tirou esse sentido da análise. Com as mudanças acontecidas na política internacional nas décadas de 1980 e 1990 e o afluxo teórico para a Segurança, a violência deixou de ser associada a uma escolha estratégica para se tornar um instrumento renegado e uma condição que impede a realização da política. O uso da força foi esquecido e a violência, aos poucos transformada em condição, não mais em meio.

Temas complexos, como é o caso das novas guerras, evidenciam essa carência. Sua compreensão em muito se baseia na violência como estratégia deliberada pelos atores envolvidos, repercutindo em esferas diversas como a economia, meio ambiente, identidades e governança. Mas o elemento de convergência para entender esse fenômeno é a violência. A Segurança, contudo, perde a sua capacidade explicativa ao negligenciá-la.

De modo a restabelecer a relação produtiva entre teoria e prática, trazemos o instrumental analítico dos Estudos para a Paz e a macro-securitização. Sugerimos que a relação produtiva pode ser retornada através do diálogo da literatura de Segurança – mais especificamente do arcabouço teórico da Escola de Copenhague – com aqueles dois instrumentais. Para ilustrar a carência que evidenciamos e as proposições que fazemos, trazemos o cerco a Sarajevo, ocorrido durante a guerra da Bósnia-Herzegovina, como caso empírico.

Estruturamos nosso trabalho em cinco etapas. Na primeira oferecemos uma contextualização do debate e da centralidade da violência para a Segurança. Nela também apresentamos pergunta de pesquisa e formalizamos nossas três hipóteses de trabalho, brevemente pinceladas nesta introdução, bem como algumas breves considerações metodológicas.

Os capítulos três, quatro e cinco correspondem à exploração de nossas hipóteses, apresentadas na seção 2.4.2. No capítulo três procedemos com a revisão da literatura de Segurança. O eixo que guia nossa análise é a violência como uso da força e de que maneira as teorias trabalhadas lidam – ou não – com esse conceito. Concluimos que o arcabouço teórico da Segurança – até mesmo os realistas, que propuseram as bases da disciplina – deixou de tratar a violência para se focar em aspectos epistemológicos e que proporcionariam a realização de suas propostas teóricas. Não obstante essa marginalização, sugerimos que a Escola de Copenhague apresenta validade para recuperar essa relação, desde que se supere os limites de sua teoria de Estado e problematize a ameaça existencial como violência.

O capítulo quatro consiste da discussão sobre a guerra – as novas e as tradicionais. Definimos guerra partir da proposta de Hedley Bull (2002, p. 212) de violência organizada promovida entre unidades políticas e realizamos nosso estudo a partir de três eixos analíticos: institucionalização, *warfare* e financiamento. O propósito é compreender como a violência se manifesta nesses dois tipos de guerra e explicitar a sua centralidade. Procedendo de tal forma, a ausência de uma abordagem da violência é ressaltada.

O instrumental analítico dos Estudos para a Paz e da macro-securitização são trazidos no capítulo cinco. Trabalhando primeiramente com a definição e a tipologia de violência dos Estudos para a Paz, sugerimos que o conceito de violência trazido por eles permite que enxerguemos relação com a violência das novas guerras. Procedemos com a sua correlação com o conceito de ameaça existencial da Escola de Copenhague. A macro-securitização, por sua vez, é proposta para superar as limitações da sua teoria de Estado, permitindo que o discurso de securitização fosse bem-sucedido em uma estrutura estatal não-democrática. O discurso seria realizado por atores não-estatais e recebido por uma audiência externa, que mobilizaria esforços para superar a condição de ameaça existencial/violência.

No capítulo seis trazemos o estudo do cerco a Sarajevo, acontecido entre 1992 e 1995, como ilustração para nosso argumento. Inserindo-se no contexto maior da guerra da Bósnia-Herzegovina, considerado paradigmático para o estudo das novas guerras (Kaldor, 2001, p. 33), o cerco a Sarajevo é o aspecto mais

visível e globalizado do conflito armado que assolou aquele país. Ele não apenas consiste no cerco mais longo da História moderna, mas configura-se como um empreendimento político que, sem perder seu foco militar, teve sua institucionalização rompida, transformando-se em um exemplo da violência das novas guerras, tanto pelos propósitos excludentes, quanto pela lógica colaborativa. Seu resgate nesta tese tem por objetivo ilustrar e proporcionar exemplos da dimensão da violência, bem como do papel que ela assume nas novas guerras.

Encerramos o trabalho com as conclusões, apresentadas no capítulo sete. Retomamos nele o papel da violência, sua importância para a Segurança e algumas reflexões sobre a validade de nossas hipóteses e a importância da análise desenvolvida para a Segurança e as Relações Internacionais.